

# CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE TRABALHO E DEMOCRACIA

Gostaríamos de abordar três temas ao finalizarmos este trabalho. Primeiro, retomar a discussão epistemológica que permeou esta pesquisa, evidenciando que os estudos sobre o trabalhar não podem ser totalmente capturados pelas metodologias quantitativas, as quais tendem a reduzir o aspecto humano a uma combinação do biológico com o comportamental sob uma ótica matemática, usualmente binária e linear-causal. A subjetividade não se reduz ou se explica completamente por essa via simplificadora. Uma vez que trabalhar implica o sujeito, especialmente no que concerne ao trabalho vivo, quando o trabalhador se depara e enfrenta o real do trabalho e suas dificuldades, a partir de seu saber técnico e de suas possibilidades subjetivas e expressivas, defendemos a ampliação dos estudos qualitativos sobre o trabalhar, baseados numa visão mais complexa dos indivíduos, dos coletivos de trabalhadores e do próprio trabalhar. Como nos lembra Christophe Dejours (2008 [2003]), a Ciência Positivista soberana não é muito afeita ao tema do trabalho, pois fica evidente que o trabalhar não pode ser reduzido a esquemas matemáticos, lineares, binários, seja para compreendê-lo, seja para avaliá-lo. Para penetrar-se de fato no real do trabalho, é preciso ir além do modelo de ciência tradicional predominante e arriscar-se no campo da subjetividade e da clínica:

Muitos processos técnicos de produção, tanto na indústria (química ou nuclear) quanto na agricultura e na pecuária, até mesmo no setor de serviços (planilhas informatizadas), implicam riscos que só são socialmente aceitáveis se tiverem o benefício da garantia e a autoridade de demonstrações científicas indiscutíveis. Desse modo, o trabalho, por revelar eletivamente a resistência do mundo ao conhecimento, *funciona como a má consciência da ciência*. Essa é provavelmente uma das razões pelas quais, sem que se tenha sempre consciência disso, ele contribui para a aversão experimentada por muitos cientistas e pensadores em relação ao trabalho: as ciências do trabalho têm o defeito de perturbar a ordem da ciência e do conhecimento (DEJOURS, 2008 [2003], p. 74-75).

Para aproximar-se da essência do trabalhar é preciso, portanto, ir além de estudos comportamentais, que usualmente excluem a subjetividade e analisam como moldar comportamentos; ou ainda, ir além de estudos que reduzem a complexidade humana à dimensão biológica dos corpos. A Biologia joga um papel fundamental na nossa existência, mas nem sempre seu peso é o determinante principal nas formas de agir do animal humano, e raramente sua influência ocorre de forma isolada das dimensões psíquica e social. Se trabalhar é, conforme a Psicodinâmica do Trabalho, preencher a lacuna entre a tarefa prescrita e o Real da atividade, e também transformar a si mesmo por meio do trabalhar, e ainda e principalmente viver em sociedade ao trabalhar, o sujeito, no trabalho, está presente nas suas dimensões, biológica, comportamental, social e subjetiva, e inclusive com seu inconsciente sexual. Assim, defendemos e propomos uma ampliação dos estudos qualitativos e clínicos sobre o trabalhar, sob uma perspectiva de sujeito que não reduza a existência humana ao biológico e/ou ao comportamental, e que não reduza o trabalhar à aplicação instrumental e absolutamente previsível de técnicas e de procedimentos. Tal modelo de pesquisa clínica implica a subjetividade do pesquisador de forma ampla, pois ela deixa de ser um elemento prejudicial ao desenvolvimento do conhecimento e passa a ser a essência do processo de construção de conhecimento, o qual, todavia, deve ser construído e validado junto a outras subjetividades, por meio da fala e da tessitura de regras, normas técnicas e de conceitos teóricos. Deste modo, o processo de validação ou refutação dos conhecimentos construídos envolve o constante retorno à clínica e o debate inter-pares. Neste ponto, a Psicodinâmica do Trabalho e a Psicanálise aproximam-se muito, pois é o real da clínica que convida o pesquisador a rever suas teorias, a partir de um processo intersubjetivo e de constante reescritura das teorias e conceitos.

Além disso, reforçamos nosso entendimento de que a Ciência não é politicamente neutra. Os cientistas são agentes políticos, inseridos em grupos de pesquisa, associados a instituições, organizações, empresas, partidos políticos

etc.; respondem por verbas de pesquisa públicas e/ou privadas; e utilizam-se de metodologias e de discursos que possuem uma História. Deste modo, por mais que se busque resolver um problema técnico ou simplesmente construir conhecimento por meio de estudos e pesquisas, estamos sempre politicamente orientados, quer tenhamos ou não consciência disso. Nesse sentido, é importante lembrar a avaliação que Dejours faz da *intelligentsia* na contemporaneidade e reforçar que sustentar uma posição epistemológica e ética é resistir ao cinismo e à cooptação interessados:

O cinismo tornou-se a senha de acesso à *intelligentsia*. A expressão da crise política de nosso tempo está no registro intelectual.

[...]

Nossos dirigentes não se interessam pelo destino dos deserdados e não estão preocupados com o destino da *polis*. A decadência, enquanto tal, não os incomoda. No Olimpo, onde os novos mestres fincaram residência, a única ocupação legítima consiste em fazer negócio. A especulação não deplora a decadência da *polis* e acarreta inexoravelmente, nos que se resignam em servi-la, o cinismo. Para eles, a decadência da *polis* não é um fracasso. O cinismo é condescendente em relação ao pensamento, é irônico com o filósofo e o pesquisador, contrapõe-lhes os argumentos da eficácia, do realismo e da força do poder alicerçado nos negócios. O cinismo ganha terreno não apenas entre os políticos, como ainda entre os pensadores. É onde se estabelecem as fissuras da civilização. Se é necessário reconhecer uma crise política própria ao nosso tempo, talvez devêssemos caracterizá-la como uma derrota do pensamento, assediado que foi pelo cinismo (DEJOURS, 2012b, p. 21-22).

Como segundo tema de reflexão nestas considerações finais, vemos que a Psicologia, e especialmente a Psicanálise, têm, contudo, negligenciado o trabalhar como campo de pesquisa e trabalho. Deste modo, apropriados por profissionais de outras áreas, os saberes do campo da Psicologia, no mundo do trabalho, vêm sendo transformados em ferramentas de cooptação, seja pelo predomínio de uma visão comportamentalista do ser humano, seja por submeterem-se ao discurso biologizante, distanciando-se, assim, das questões relativas à centralidade do trabalho para a identidade, para a subjetividade e para a saúde dos trabalhadores, e atuando exclusivamente em prol do aumento de performance, o que nem sempre é sintônico com ganhos de saúde para os trabalhadores. Certamente, cabe fortemente aos psicanalistas (mesmo que não seja um tema exclusivo) uma crítica ao modelo atual de organização do trabalho, o qual esmaga a subjetividade e limita as possibilidades de sublimação. O trabalhar é, certamente, o caminho mais privilegiado para honrarmos nossa vida, nossa curta história na sociedade humana, possibilitando a cada indivíduo contribuir para a grande obra cultural por meio da marca que seu trabalhar deixa na comunidade proximal do indivíduo e, por vezes, na Cultura.

Na contemporaneidade, porém, reduzidos a *recursos* no seio de uma equação econômica e/ou processual, os trabalhadores vêm perdendo de vista a dimensão nobre e emancipadora do trabalhar. Trabalhamos, no final das contas, para poder consumir – independentemente da faixa salarial do trabalhador –, muitas vezes sem saber a utilidade daquilo que fazemos, os impactos ou as qualidades implicados.<sup>1</sup> Somos, hoje, engrenagens num sistema de produção e de consumo, no qual o sentido existencial do trabalho parece esvaír-se. Juntamente com a perda desse sentido, perdemos também nossa capacidade de pensar, esmagados que somos pela sobrecarga de trabalho, pela velocidade das informações, pelo discurso da resiliência a qualquer preço, eventualmente pela “distorção comunicacional” (DEJOURS, 2007 [1998], p. 59), pelo esvaziamento dos coletivos de trabalho, da solidariedade entre trabalhadores e das estruturas de organização dos trabalhadores, especialmente o enfraquecimento dos sindicatos e de outros órgãos e associações de representação ou agremiação dos trabalhadores.

A leitura de Codo et alli (1994), em articulação com o pensamento de Christophe Dejours, possibilita acentuar essa reflexão sobre o lugar da Psicologia e o da Psicanálise em face do trabalhar. Ambiciosas e profundas ao estudarem e ampliarem os conhecimentos sobre a vida amorosa, afetiva e relacional dos animais humanos, tornam-se excessivamente instrumentais e burocráticas ao adentrar (quando entram!) o campo das organizações e empresas. A percepção que se tem é que as clínicas que relevam a subjetividade não dialogam com a Psicologia do Trabalho. É como se para os clínicos, o encanto e a relevância dos conflitos afetivos para a vida dos sujeitos se convertesse num elemento desencantado e mecânico no ambiente de trabalho. Assim, parece que a Psicologia e a Psicanálise aplicadas ao trabalho não precisam considerar a saúde psíquica e a dimensão subjetiva das pessoas, mas apenas verificar e ampliar a capacidade de trabalho dos indivíduos, atuando sobre seus comportamentos e performances. Como pode, porém, a atual Psicologia do Trabalho preocupar-se tanto com o desempenho e com o reconhecimento, em termos quantitativos, dos trabalhadores sem considerar os dados notórios de piora da saúde mental destes na contemporaneidade? Sem considerar o evidente aumento do sofrimento subjetivo que as novas formas de gestão e de organização do trabalho vêm gerando entre os trabalhadores? Que Psicologia é essa que, cega aos sofrimentos dos trabalhadores, insiste no aumento dos desempenhos pela via da resiliência sem se questionar a serviço de que opera sua atuação?

---

<sup>1</sup> Certamente, é possível encontrar sentido em trabalhos maquímicos, burocráticos, vazios de relevância social etc., mas esse sentido decorre de uma apropriação dos trabalhadores e não de algo propiciado pela lógica atual de organização do trabalho. O sentido do trabalho, que deveria ser central, torna-se, desta forma, marginal.

Nesse sentido, uma das indicações de cunho geral que fazemos aos profissionais da área de Recursos Humanos, e em especial aos psicólogos, é a urgente necessidade de conhecerem os dados sobre a degradação da saúde psíquica dos trabalhadores na contemporaneidade. Tal dado parece não existir quando percebemos que a preocupação estratégica das áreas de RH, buscando disseminar boas práticas de gestão de pessoas e ampliar as competências dos empregados, não apresenta a realidade bastante dura dos indicadores de saúde nas empresas, nas quais os problemas de saúde mental vêm sendo a terceira maior causa de afastamento do trabalho (ver nota de rodapé 35). Certamente, toda generalização é perigosa, mas esse hiato entre os saberes da Psicanálise e a Psicologia Organizacional e do Trabalho é um dos grandes equívocos neste campo. Ao resgatar a centralidade do trabalho para o ser humano, a Psicodinâmica do Trabalho mostra o quanto trabalhar pode estar na origem da saúde, da emancipação e da felicidade das pessoas, bem como ser a causa de mal-estar, de adoecimento e até de suicídios relacionados ao sofrimento no trabalho. Codo et al. (1994) fazem uma importante reflexão sobre essa disjunção da Psicologia:

Se fosse possível sintetizar a imagem do ser humano que a Psicologia e a Psiquiatria vêm desenhando em todos esses anos, teríamos um quadro bastante semelhante ao dos modernos personagens de telenovela: o ‘Homo Psicologicus’ é um animal que não trabalha, sempre envolvido em intermináveis conflitos familiares, às voltas com paixões ou à procura das mesmas, onde pais e filhos se divertem em intertransformar-se. Quando a vida insiste em introduzir o trabalho como problema para o ser humano, o psicólogo ou psiquiatra insistem em minimizá-lo, transforma o padrão num arдил, numa metáfora que significa o pai. Em resumo, o saber psicológico se mantém pudicamente afastado das relações de produção, ou seja, do homem concreto, e tem se exilado na família como único instrumento de análise social do homem (CODO et al., 1994, p. 31).

Na mesma linha, o psicanalista Lewis Aron aponta a falta de interesse dos psicanalistas pela questão do trabalho, como se houvesse de fato uma inflação da dimensão da intimidade, do amor e da família, ou como se apenas no campo da vida amorosa a dimensão subjetiva pudesse ser abordada e analisada:

Impressiona-me que a maior parte dos clínicos e dos teóricos da psicanálise tenham prestado muito menos atenção ao trabalho do que prestam em relação ao amor e ao brincar. Escutando apresentações de casos clínicos e narrativas de supervisionandos parece-me que a investigação sobre a vida profissional é negligenciada ou fica sem a devida ênfase (ARON, 2012, p. 511. Tradução livre).

A Psicologia que tem se aproximado do mundo do trabalho, muitas vezes pelas mãos de profissionais com outras formações, usualmente é behaviorista e

desconsidera o sujeito. É como se, ao adentrar o ambiente das empresas, todo complexo de emoções, conflitos, fantasias etc. tivesse que efetivamente ficar de fora, como se o ser humano ao trabalhar se transformasse numa máquina ou num feixe de comportamentos passíveis de previsão, de condicionamento e de controle/vigilância. Podemos, todavia, nos indagar se essa contradição é fruto de uma instrumentalização dos saberes “Psi” pelos interesses da firma (o maior lucro), ou se efetivamente o mundo do trabalho atual é tão árido e silencioso que o que resta no ambiente de trabalho são “paisagens humanas imersas no silêncio”, como coloca João Batista Ferreira (2009), sem que haja espaço para uma outra inserção do saber psicológico nos ambientes de trabalho. Podemos sustentar que o desencantamento do mundo, conforme Weber (2003 [1958]), se inicia, antes de mais nada, com a burocratização e a instrumentalização absoluta do trabalhar. Esse processo se acentua com a submissão da organização do trabalho à lógica financeira, desconsiderando-se a centralidade do trabalho para a subjetividade e para a Cultura humanas. Nesse sentido, concordamos com Ferreira (2009) que “as novas formas de organização do trabalho impedem a sublimação”:

As novas formas de organização do trabalho, como vimos, impõem condições *antis-sublimatórias* que podem tornar as pessoas insensíveis ao *mundo-vivo-do-trabalho*, transformando-as em *ficções de si mesmas, em personagens corporativos, cujo papel é pré-escrito pela organização, sem que saibam como nem porquê* (FERREIRA, 2009, p. 49).

O Esclarecimento obscureceu, de fato, a dimensão mítica do mundo, desencantando-o, esvaziando-o da sua dimensão afetiva (substituída pelo campo das sensações e das ações racionais utilitárias) e do seu romantismo mítico (“meus heróis morreram de overdose”)<sup>2</sup>. Atualmente, os afetos e sentimentos são rapidamente racionalizados e reduzidos a algo concreto e superficial, sem que haja

---

<sup>2</sup> É muito difícil sustentar idealismos em um mundo tão pragmático e orientado pela lógica de mais produção e de mais consumo, com o efeito colateral da exclusão radical de muitos. O cenário político atual do mundo, que se radicaliza no Brasil, é de um cinismo atroz, o que lança as coletividades à beira da barbárie tecnificada de uma forma muito diferente da que fora postulada pelo Modernismo de 1922 no Brasil. O avanço das direitas, com discursos segregacionistas que excluem a diferença e evocam modelos bastante tradicionais de família e de sociedade é assustador porque aponta para uma incapacidade de pensar sobre o que de fato se passa na sociedade. No nosso caso, quando olhamos especificamente para a questão do trabalho, o discurso defensor da meritocracia é ou cínico ou hipócrita porque, além de todos os malefícios que a competição desenfreada pode trazer aos trabalhadores, vivemos num país absolutamente desigual, no qual acreditar puramente no mérito é elevar uma grande cortina de fumaça para obscurecer uma das piores distribuições de renda do mundo. De acordo com notícia publicada em *O Globo*, no dia 21/03/2017, edição digital, o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo. A fonte é o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU que utiliza o Índice de Gini para cálculo da desigualdade.

uma reflexão. Isso se dá seja por meio de uma biologização dos afetos e sentimentos humanos (reduzidos ao que se passa nas conexões sinápticas, ao nível dos neurotransmissores, como se isso prescindisse do universo simbólico e relacional humano), seja por meio de uma reificação da lógica da guerra econômica (com o uso de pensamentos prontos tomados de empréstimo e disseminados de forma cada vez mais veloz nas redes sociais). Ambas perspectivas – biologização dos afetos e redução das relações humanas à lógica fria e racional da guerra econômica – atendem aos requisitos técnicos da prática positivista, a qual orienta o cânone do discurso científico contemporâneo. Além disso, a biologização da vida afetiva favorece a ampliação dos tratamentos químicos para dores “normais” do existir, de forma articulada ao interesse da indústria farmacêutica e ao interesse financeiro em geral, ao suprimir o debate, excluir a questão da subjetividade e exigir que o trabalhador suporte os “desafios” mais insanos e nefandos à sua saúde como prova de resiliência e motivação no trabalho. Cuidar dos afetos humanos, no âmbito da dimensão simbólica, é mais caro, tanto em termos financeiros, como na exigência aos sujeitos de refletirem sobre a existência humana. Esse cenário indica que rumamos em direção a um esvaziamento da capacidade de pensar autonomamente.

Em realidade, adentramos uma **Sociedade Pós-Pensamento**, pois existe um direcionamento (estratégico?) para o estreitamento subjetivo, para uma redução da capacidade de os sujeitos refletirem sobre seus afetos, seus sentimentos e suas ações. O governo das mentalidades por meio das tecnologias do poder (*Gouvernementalité*), para evocar o termo de Foucault (2010 [1982-83]), transforma na contemporaneidade os sujeitos em objetos teleguiados por pensamentos prontos, os quais nos inundam por meio de todo tipo de mídia e de *display*. De posse de uma gama de pensamentos prontos, sem capacidade ou espaço para refletir, os indivíduos transformam-se em “papagaios” cheios de razão e de saber, repetindo frases prontas e curtas, nos seus *posts* na internet, como se fossem dogmas, sem minimamente pensar acerca de seu significado. E o pior, para talvez mudarem de posição, teleguiados novamente por novos pensamentos prontos, na polêmica seguinte.

A mudança no tipo de psicoterapia que as corporações, e mesmo os sistemas públicos de saúde apoiam na atualidade, com flagrante declínio das terapias que buscam uma dilatação subjetiva e ainda mais da Psicanálise, é um indicador pujante de uma mudança estrutural na forma de organizar as coletividades, as relações interpessoais e os vínculos sociais. Busca-se terapias cada vez mais breves, mais instrumentais e behavioristas, menos reflexivas, mais superficiais e



incapazes de trazer ao indivíduo uma reflexão mais dilatada e autônoma sobre o sentido de sua existência e os lutos necessários ao reconhecimento da condição humana. Estas novas terapias respondem muito bem aos anseios das corporações e do Mercado: técnicas rápidas para aumento do desempenho profissional, voltadas para o “lado positivo” da vida, negando que as “dores e delícias” do existir e do trabalhar são essenciais ao desenvolvimento humano. Ou seja, essas abordagens partem de um desmentido, ou pelo menos uma desconsideração, do real do trabalhar e, portanto, inviabilizam a sublimação e a criatividade, que só podem existir a partir de uma relação profunda com o trabalho, de um encontro com a resistência do real e com as dificuldades e frustrações do trabalhar, de forma que o sujeito se lance numa busca de sentido mais amplo para o trabalho e para a vida. Apenas por esta via um sujeito pode elevar seu trabalho à dignidade de *coisa*, para evocarmos o aforismo lacaniano sobre a sublimação, e trabalhar com zelo para produzir um objeto criativo que guarde uma relação com o objeto perdido de seu desejo. A relação do trabalho com a sublimação se dá pela participação do indivíduo na construção de um objeto cultural no qual o sujeito deixe sua marca singular, uma marca talhada a partir do seu agir expressivo, forjado a partir de suas possibilidades pulsionais e de seu esforço diante dos obstáculos do real de sua atividade laborativa.

Por outro lado, a exclusão cada vez mais notória da Psicanálise do centro do debate sobre o psiquismo, sendo esta um campo de conhecimento eminente, com uma produção científica significativa e vasta, indica assim uma recusa acerca do saber sobre o inconsciente e sobre o corpo pulsional, indica ainda a dificuldade de se aceitar que a vida não é tão pragmática e utilitarista como propõem os arautos e gurus do Mercado e das Escolas de Gestão. Estes últimos apontam a virtude das ferramentas de gestão de pessoas, partilhando da exclusão do campo subjetivo do mundo corporativo e almejando uma plena quantificação do trabalhar, o que, como vimos, é impossível. Um departamento de RH pragmático e ferramental emerge como sonho contemporâneo de muitos para a gestão de pessoas, como se gestores pudessem gerenciar sem conversar diretamente com seus subordinados sobre o trabalhar.

Consideramos, assim, que a organização do trabalho na contemporaneidade, especialmente após a virada das ciências da gestão a partir da década de 1980, é uma das bases de um novo *ethos* social baseado no individualismo, na biologização dos comportamentos e na guerra econômica. Por isso, a reflexão sobre o trabalho e sobre as tentativas de negar sua relevância para a subjetividade humana, é essencial. Este novo *ethos* deriva fundamentalmente de uma



fusão da ciência positivista com a técnica, que alavancou as tecnologias que sustentam as novas políticas do trabalho, e que reduziu a posse do saber-fazer pelo trabalhador, uniformizando processos e reduzindo a margem de manobra para um enlace singular com a atividade, o que abriria caminho para a sublimação. Soma-se a isso a soberania do saber econômico sobre os demais saberes sociais, não propriamente pela superioridade epistêmica desse saber, mas por sua aliança com os interesses do Mercado Financeiro. Vale sublinhar, acerca desse ponto específico, que as críticas ao *Homo Oeconomicus* são muito anteriores ao importante trabalho de Richard Taler.<sup>3</sup> Apesar disso, a soberania da noção de agente econômico racional maximizador da utilidade permanece no momento de se postular estratégias corporativas e mesmo estatais para o desenvolvimento das empresas e Estados.

Para entender melhor esta articulação da ciência econômica com o interesse financeiro, em detrimento do saber produzido sobre o trabalhar por outras ciências sociais e humanas, e em seguida, vislumbrarmos os impactos disso sobre a organização social, precisamos resgatar o diagnóstico sobre a sociedade atual que nos parece o mais preciso: a visão de Axel Honneth (2008) sobre a situação do trabalhador assalariado, alicerçada na obra de Castel (2015 [1995]) parecem-nos, por exemplo, ainda mais válida após as reformas trabalhistas levadas a cabo no mundo globalizado a partir dos anos 2010. Afirma o pensador alemão:

Nos últimos duzentos anos nunca estiveram tão escassos como hoje os esforços para defender um conceito emancipatório, humano de trabalho. O desenvolvimento real na organização do trabalho, na indústria e nos serviços parece ter puxado o tapete a todas as tentativas de melhorar a qualidade no trabalho: uma parte crescente da população luta tão somente para ter acesso a alguma chance de uma ocupação capaz de assegurar a subsistência; outra parte executa atividades em condições precariamente protegidas e altamente desregulamentadas; uma terceira parte experimenta atualmente a rápida desprofissionalização e terceirização de seus postos de trabalho, que anteriormente ainda tinham um status assegurado. Por isso dificilmente alguém irá contradizer o diagnóstico de Robert Castel, segundo o qual presentemente nos encontramos diante do final da curta fase de um status do trabalho assegurado pelo estado social. Aquilo que ocorre na organização real do trabalho, a tendência ao retorno de um trabalho desprotegido como terceirizado, em tempo parcial ou domiciliar, se reflete igualmente de modo travesso no deslocamento da atenção intelectual e no interesse sócio-teórico: desiludidos, aqueles que ainda há quarenta anos colocavam toda esperança na humanização ou na emancipação do trabalho, voltam suas costas para o mundo do trabalho para dedicarem-se a temas bem diferentes, distantes da produção (HONNETH, 2008, p. 46-47).

---

<sup>3</sup> Ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2017, Richard Taler é um autor que questiona a racionalidade dos agentes econômicos e sua capacidade de sempre tomarem decisões racionais maximizadoras da utilidade.

A fragilização dos laços trabalhistas do ponto de vista legal foi precedida pela virada gestonária, no âmbito da organização do trabalho, que se iniciou na década de 1980. Trata-se de um movimento histórico que se articula, em termos político-econômicos, ao denominado “Fim da História” (FUKUYAMA, 1989), com a soberania do Mercado e das Finanças em aliança com um Estado que se faz juridicamente neoliberal<sup>4</sup>. A virada gestonária é, portanto, no campo da organização do trabalho, um elemento central para o Fim da História e para a implantação do Neoliberalismo no campo político-social-econômico. Sublinhamos, seguindo Dardot e Laval (2007), que o Estado Neoliberal não é um Estado mínimo no sentido de um Estado que se retira de cena e deixa que o Mercado se regule naturalmente, mas sim um Estado que organiza as condições para a implementação do Neoliberalismo e de uma forma específica de funcionamento do Mercado, de modo que não há “naturalidade” nesse processo, muito pelo contrário, o Mercado é um *ser* histórico decorrente da ação de “mãos visíveis” e representa uma força reacionária em termos de desenvolvimento social, contribuindo para a ampliação da desigualdade social no mundo:

As políticas de liberalização e de desregulação lançadas desde os anos de 1970 podem ser melhor compreendidas como a aplicação de um programa visando não o restabelecimento de um estado natural da sociedade, mas o estabelecimento de uma forma de Mercado voluntariamente instituída e conscientemente comandada. O neoliberalismo não é apenas a busca por ‘menos Estado’, mas sim uma redefinição do Estado como protetor de um quadro regulamentador e legal que institui o Mercado e como administrador da lógica concorrencial pensada para funcionar neste Mercado (DARDOT; LAVAL, 2007, p. 114-115. Tradução livre).

Ainda sobre as relações entre modelos econômicos e a atuação do Estado na contemporaneidade, Collin (2000) sublinha que a discussão principal não é entre uma posição econômica neoliberal ou uma posição neokeynesiana, mas sim o fato de que o Mercado transformou o Estado num instrumento técnico a seu serviço. Então, seja um Estado Previdenciário, seja um Estado Mínimo, o ponto central é que a força econômica do Mercado sobre os agentes políticos está prevalecendo e direcionando as escolhas estratégicas das nações, instaurando um modelo político que reduz os seres humanos a coisas, esfacelando os princípios da democracia liberal moderna – liberdade, igualdade, fraternidade – e usando argumentos econômicos para instaurar um modelo social global e único. Nesse sentido, há uma semelhança com o raciocínio de Dardot e Laval (2007; 2009)

---

<sup>4</sup> Certamente, o ritmo de ajuste do papel do Estado varia de país para país e enfrenta diferentes dificuldades e/ou resistências em função de condições locais. O modelo, todavia, de um mundo no qual o Estado regulamenta o neoliberalismo tende a espalhar-se mais e mais.

quando estes afirmam que o Neoliberalismo extrapolou a dimensão econômica e passou a abarcar os demais campos sociais (Direito, Sociologia, Educação etc.), e especialmente o campo político, mas também o da organização do trabalho, reduzindo o Social em sentido amplo ao econômico:

Os neoliberais e os neokeynesianos têm em comum a crença nas soluções econômicas, e o fato de fazerem do campo político um meio do campo econômico. Todavia, nenhum dos problemas cruciais pode ser ajustado neste campo [...]. A questão não é saber se deve haver mais ou menos intervenção estatal na economia, mas sim de saber acerca da natureza e dos princípios do poder político. Quaisquer que sejam as políticas econômicas colocadas em marcha, o capital financeiro busca reduzir o Estado a um instrumento técnico a seu serviço. Realizando o ideal de Saint-Simon, o Estado Moderno não teria outra função a não ser a administração das coisas – o que implica que os seres humanos sejam considerados como coisas, os chamados ‘recursos humanos’. (COLLIN, 2000, p. 69. Tradução livre).

Apesar de não concordarmos totalmente com a argumentação de Collin (2000), pois entendemos que as posições keynesiana e neokeynesiana resgatam em algum grau a dimensão humana e a preocupação com o bem-estar das pessoas, concordamos sim com o argumento central dele de que o Estado foi capturado pela dimensão econômica e que funciona sob pressão intensa e constante dos agentes financeiros mais poderosos no Mercado. Nesse sentido, o Estado deixa de ser um agente político que cria as condições para que existam liberdade, igualdade e fraternidade e torna-se um agente a serviço de grupos financeiros específicos e, eventualmente, de castas privilegiadas no seio do próprio Estado. A organização do trabalho passa, neste cenário, a representar predominantemente os interesses financeiros, deixando de lado a questão do trabalho-em-si como caminho para o desenvolvimento e para a emancipação das pessoas. As novas formas de gestão, no seio das quais destacamos como deletérias ao trabalhar a avaliação individual quantitativa de desempenho, a terceirização e os novos arranjos de trabalho que geram sobrecarga e instabilidade na relação trabalhista, representam a influência peremptória das finanças sobre o mundo do trabalho. Perissé (2017) mostra de forma sucinta e clara os efeitos dessa virada gestonária sobre os trabalhadores, inclusive na sua faceta causadora de violência no trabalho, com a ampliação dos casos de assédio:

A gestão contemporânea é caracterizada por um processo contínuo de intensificação da produção que impõe um ritmo de trabalho penoso; por uma lógica de fazer mais com menos, suportada por redução de custos e enxugamento de pessoal; por processos motivacionais de linha behaviorista à base do estímulo-resposta, condicionando prêmios, bônus e ganhos monetários a empregados que se destacam e sobressaem sobre os colegas; por contratos de trabalho frágeis, com flexibilização de horários de

trabalho e de remuneração, fragmentados em modalidades precárias, entre as quais a terceirização. Todas essas características de gestão não acontecem sem prejuízos ao trabalhador. O excesso de trabalho leva à sobrecarga, os dispositivos de competição entre pares desestruturam os laços sociais e reduzem as solidariedades. O risco do desemprego aumenta o medo, favorece à servidão, estabelece a convivência com as injustiças e o consentimento com o sofrimento do outro. Não raro essa ambiência exacerba tensões e explode em violência. Esta, por sua vez, pode atentar contra a produção, o que não interessa à gestão (PERISSÉ, 2017, p. 76).

A organização do trabalho na contemporaneidade é predominantemente penosa para os trabalhadores, reduzindo-os a recursos e retirando-lhes o grau mínimo de autonomia e de sentido no trabalho, de modo que pudessem sublimar suas pulsões sexuais e agressivas, e assim engajarem-se de forma entusiasmada no trabalhar e por extensão na construção cultural. Apesar desse grave contexto, acreditamos que podemos fazer diferente. O trabalho pode ser um elemento organizador da vida, seja no plano social, seja no nível mais singular das identidades, oferecendo ao animal-humano, ao lado dos laços amorosos, a possibilidade mais importante de inserção social e de investimento libidinal. Precisamos resistir ao modelo de organização do trabalho que conduz ao trabalhar abstrato e sem sentido, realizado pelo trabalhador “apenas” em troca de um salário, de modo a poder se inserir socialmente pela via do consumo. O trabalho não pode ser reduzido a instrumento para obter os meios para consumir, sem sentido no nível da identidade dos sujeitos que trabalham e sem uma relação com o valor de uso do que é produzido.

Honrar a vida pelo trabalho, isto é, desenvolver uma relação com o trabalhar que implique o sujeito de uma forma singular, por meio da qual ele se sinta contribuindo para a construção de sua comunidade, de sua cidade, de seu país e do mundo, depende de um grau mínimo de emancipação e de liberdade na relação com os pares e com o objeto produzido. De outro modo, o que mais teremos serão pessoas deprimidas, ou no nosso entender, trabalhadores desanimados, no sentido mais pleno de estar sem alma, sem desejo, sem entusiasmo no trabalhar. Se a alma não está presente no que se faz, nenhum trabalho vale à pena. Por isso, como afirma Christophe Dejours: é preciso reencantar o trabalho.

Nenhum trabalho é unicamente execução mecânica da tarefa prescrita, pois sempre haverá alguma margem – e até necessidade para o alcance dos resultados – para que o sujeito encontre formas de imprimir sua marca singular naquilo que faz, de forma a que sua diferença integre o todo. Falar mais sobre o trabalhar, de forma franca e sem medo, é essencial para uma transformação da organização do trabalho, impactando os diferentes segmentos econômicos, como também no

nível mais amplo a estrutura da *polis*. A retomada de um debate sério sobre o trabalho, com efeitos sobre sua organização, transformando-a, surge como um caminho possível e privilegiado para o resgate da democracia na cidade contemporânea.

Diante do cenário atual, mais do que nunca é fundamental nos perguntarmos para quem e pelo que trabalhamos? Poder refletir sobre o trabalho, discutindo com os pares, em ambientes de confiança, nos quais seja possível arriscar-se a falar sobre o Real do trabalhar e a escutar a vivência dos pares, com condições de influenciar a organização do trabalho e os interesses da firma, é uma via para se resgatar a cidadania e a democracia tão empobrecidas em nossa *polis* contemporânea, cuja *política* sucumbiu ao imperativo financeiro. É este o ponto essencial que precisa ser revertido: a dimensão política da vida comunitária não pode ser refém da dimensão econômica! O trabalho, por sua vez, não pode ser reduzido a mero meio para o consumo individual! Se a Psicanálise nos apontou a centralidade da sexualidade e a força do inconsciente em nossas vidas, a Psicodinâmica do Trabalho nos indica como o trabalhar implica e impacta nosso corpo erótico, individual, e nosso corpo político, coletivo. Silenciarmos sobre os impactos das atuais formas de organização do trabalho sobre os trabalhadores e sobre a forma atual de funcionamento das democracias ocidentais significa alimentar a pulsão de morte e os retornos cada vez mais violentos do recalcado nas sociedades contemporâneas, inclusive e muito nos ambientes de trabalho.

